

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF)

CONCURSO PÚBLICO

Cargo: Procurador do Ministério Público junto ao TCDF

PRIMEIRA PARTE DA PROVA DISCURSIVA (P_2)

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado no seu caderno de textos definitivos da primeira parte da prova discursiva (P_2), que é composta de três questões e uma peça prática, seguidas de páginas para rascunho. Confira, ainda, o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 3 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição dos textos definitivos.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para o caderno de textos definitivos da primeira parte da prova discursiva (P_2).
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

PRIMEIRA PARTE DA PROVA DISCURSIVA (P₂)

- Nesta parte da prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PRIMEIRA PARTE DA PROVA DISCURSIVA (P₂)**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Tanto nas questões quanto na peça prática, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas **folhas de texto definitivo** correspondentes.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas o nome **Procurador do Ministério Público**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Para cada questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **5,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos). Para a peça prática, esses valores corresponderão a **15,00 pontos** e **0,50 ponto** respectivamente.

QUESTÃO 1

O direito de ação — ele próprio um direito subjetivo, consistente na possibilidade de exigir do Estado que ele preste jurisdição — tem fundamento constitucional. Mas as ações judiciais, normalmente, são instituídas e disciplinadas pela legislação infraconstitucional. A Constituição brasileira, todavia, instituiu ela própria algumas ações. Tradicionalmente, desde a Constituição de 1934, três eram as ações constitucionais: o *habeas corpus* (constitucionalizado desde 1891), o mandado de segurança e a ação popular. A Constituição de 1988 ampliou esse elenco, acrescentando o mandado de segurança coletivo, a ação civil pública, o mandado de injunção e o *habeas data*. O direito de ação e as ações constitucionais e infraconstitucionais constituem as garantias jurídicas dos direitos constitucionais e os principais mecanismos de efetivação das normas constitucionais quando estas não forem cumpridas espontaneamente.

Luis Roberto Barroso. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 2.^a ed. Editora Saraiva, 2010, p. 223 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do mandado de injunção e do *habeas data*, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ conceito e requisitos do mandado de injunção; [valor: 1,00 ponto]
- ▶ conceito e finalidades do *habeas data*; [valor: 1,00 ponto]
- ▶ legitimidade ativa e passiva para impetração do mandado de injunção; [valor: 1,00 ponto]
- ▶ legitimidade ativa e passiva para impetração do *habeas data*; [valor: 1,00 ponto]
- ▶ competência para o processo e julgamento do mandado de injunção. [valor: 0,50 ponto]

RASCUNHO – QUESTÃO 1 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 1 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO 2

Considerando que determinado réu, em seu depoimento pessoal, tenha confessado o fato alegado pelo autor, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos.

- ▶ Ao confessar, o réu abdica do direito de produzir prova sobre o fato confessado? [valor: 1,00 ponto]
- ▶ A confissão poderá ser invalidada se for demonstrado o erro de direito? [valor: 0,50 ponto]
- ▶ Nesse caso, estará o autor liberado de provar o fato por ele alegado? [valor: 1,50 ponto]
- ▶ A confissão vincula o juiz? [valor: 1,50 ponto]

RASCUNHO – QUESTÃO 2 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 2 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO 3

O condomínio edilício denominado Colombo Sales é constituído de 130 unidades, entre as quais 25 são de propriedade do Ministério das Cidades e utilizadas, como imóveis funcionais, por funcionários desse ministério. Alegando medida de segurança, o condomínio colocou cerca e portão em passagem, comum ao seu prédio e a outros dois — Y e Z —, que dá acesso ao único ponto de ônibus das proximidades. Os moradores dos prédios Y e Z, incomodados, resolveram questionar a medida do condomínio Colombo Sales, e este, em sua defesa, alegou estar respaldado em lei, considerando a ocupação de algumas unidades por servidores públicos.

Com referência à situação hipotética acima descrita, redija um texto dissertativo que responda aos questionamentos seguintes (tópicos I, II e IV) e que atenda ao que é solicitado no tópico III.

- I No condomínio Colombo Sales, os servidores públicos, ocupantes de imóveis funcionais, exercem que tipos de direitos em relação à ocupação predial? Em uma situação de assembleia, por exemplo, cada um deles tem poder de voto, mesmo sendo o proprietário principal a União? **[valor: 1,00 ponto]**
- II Que tipo de relação obrigacional existe entre os moradores do condomínio Colombo Sales em caso de repartição de despesas e modificações realizadas na parte externa? Nesse caso, os ocupantes de imóveis funcionais também são obrigados ou a obrigação é da União? **[valor: 1,00 ponto]**
- III Enumere quatro elementos que caracterizam uma obrigação em que se constitua solidariedade entre as partes. **[valor: 1,50 ponto]**
- IV Na situação elencada, em que se estabeleceu a utilização de vantagens entre condomínios edifícios distintos, ocorreu violação de algum tipo de direito pelo condomínio Colombo Sales? Que instituto de direito real está envolvido? Há prazo de validade desse direito a ser observado? **[valor: 1,00 ponto]**

RASCUNHO – QUESTÃO 3 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 3 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PEÇA PRÁTICA

Visando a manutenção de determinadas atividades diárias do órgão, que não possui, em seu quadro, servidores que as desempenhem, o TCDF, após procedimento licitatório regular, realizado por meio de pregão eletrônico para a contratação de serviços de motorista e de recepcionista, formalizou o Contrato de Prestação de Serviços n.º X com a empresa Gama, vencedora da licitação. Durante os três primeiros meses de prestação do serviço, foram observadas diversas falhas na execução do contrato, tendo sido a empresa notificada para que as corrigisse. Ao final do terceiro mês, os empregados da empresa apresentaram documentos comprovando que não haviam recebido os salários referentes aos dois últimos meses nem o auxílio alimentação e o vale transporte a que tinham direito. A empresa, então, reconhecendo que não possuía recursos para arcar com os custos dos contratos, principalmente no que se referia ao pagamento dos haveres trabalhistas, requereu a rescisão amigável do contrato.

Com base na situação apresentada, elabore, de forma fundamentada, parecer relativo à conduta a ser adotada pelo TCDF nesse caso. Em seu parecer, dispense o relatório e aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ providência a ser adotada pelo TCDF em relação à conduta e ao pedido da contratada; [valor: 4,50 pontos]
- ▶ cabimento de sanções; [valor: 6,00 pontos]
- ▶ contratação de outra empresa para prestar os serviços objeto da licitação, já que o órgão não possui servidores que desempenhem referidas atividades; [valor: 2,00 pontos]
- ▶ obrigação dos demais participantes da licitação de contratar o referido objeto com o TCDF. [valor: 2,00 pontos]

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 1/5

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 2/5

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 3/5

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 4/5

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 5/5

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	